



O BNB que a sociedade precisa

Como está, atende aos parâmetros do desenvolvimento?

41ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB
23 e 24 de março de 2012 - Fortaleza/CE

Relatório final

A 41ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, cujo tema central foi “O BNB que a sociedade precisa – como está, atende aos parâmetros do desenvolvimento?”, foi realizada em Fortaleza (CE), nos dias 23 e 24 de março de 2012.

Participaram desta edição 165 pessoas, entre representantes de todos os estados da área de atuação do BNB, inclusive das agências extrarregionais, e convidados que prestigiaram o evento. Nesta edição, uma atividade foi inserida na programação, a partir de sugestão de um representante: ato protesto no Passaré, pelo fortalecimento do Banco e pelos direitos dos trabalhadores. O ato reuniu, na Praça Jader Colares, além dos representantes, funcionários lotados no Passaré e dirigentes sindicais, representante da Federação dos Bancários BA/SE e do presidente da Associação dos Empregados do Banco do Amazônia (AEBA), e também os diretores da própria AFBNB. A reunião foi motivada pela necessidade de pressionar a administração do Banco a quebrar o silêncio frente às demandas e reivindicações da base e da AFBNB, tanto em âmbito institucional quanto às questões funcionais.

Dia 23 de março

Abertura

A mesa de abertura foi formada pela presidenta da AFBNB, Rita Josina, Arcelino Ferreira (presidente da AABNB), Andrea Cavalcanti (presidenta da CAMED), Fran Bezerra (presidente da CAPEF), Silvio Kanner (presidente da AEBA), Fernando Saraiva (representando a CSP - Conlutas), Elóy Natan (diretor do Seeb-MA) e Stélio Lyra (diretor do BNB).

Rita Josina enfatizou a importância da RCR sobretudo neste momento em que se encontra o Banco, em meio a denúncias de irregularidades e de insatisfação justificada por parte dos trabalhadores do Banco. Ela ratificou que o trabalho da AFBNB se faz a partir da base, das lutas trazidas pelos trabalhadores do Banco e com os pontos da missão da entidade.

Painel – “O BNB que a sociedade precisa – como está, atende aos parâmetros do desenvolvimento?”

O painel principal, “O BNB que a sociedade precisa – como está, atende aos parâmetros do desenvolvimento?” foi debatido pelo professor doutor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Jair do Amaral, e pelo consultor em desenvolvimento do BNB e diretor institucional da AFBNB, Alci de Jesus. A mediação foi feita pelo diretor da AFBNB, Waldenir Britto.

O professor Jair do Amaral fez uma explanação acerca do cenário atual na região Nordeste, comparando-o ao do Brasil e o papel do BNB. Segundo ele, hoje há várias políticas que concorrem com o papel do BNB, a exemplo dos programas de transferência de renda e da ação de outras instituições. Nesse sentido, afirmou que não tem conseguido ver o papel estratégico do Banco do Nordeste neste atual cenário.

Para ele, um dos principais desafios para a elevação do PIB da região é a infraestrutura e os três principais gargalos para sua expansão são a estreita margem de manobra do BNB na tomada de empréstimos junto ao FDNE; o excesso de comprometimento financeiro dos estados em função do pagamento do serviço da dívida junto à União e a concentração financeira em mãos da União.

Alci de Jesus, segundo palestrante, a partir do tema, contextualizou a sociedade da qual falamos e o Banco do Nordeste. A partir daí, apresentou duas óticas/visões da região e do Banco: dados que mostram que o Nordeste vai bem (com obras como a Transnordestina, a Transposição do São Francisco, 4 sedes da Copa do Mundo, refinarias, fábricas de Automóveis, incentivos fiscais etc) e aquele que precisa melhorar (Participação PIB Brasil desde 1960 \pm 13%; Participação Renda per capita Brasil \pm 50%; Região com > participação no Bolsa Família; Região com maior número na pobreza extrema). Da mesma forma, apresentou o BNB: aquele que estaria bem (tendência crescente e recordes de aplicação FNE a partir de 2003; tendência crescente e recordes de aplicação total no Banco desde 2003; melhor programa Microcrédito América Latina e reconhecimento MDA ao Programa AgroAmigo) e aquele que precisa melhorar, representado pelo atraso tecnológico, terceirização, denúncias de tráfico de influência, barganhas políticas para altas funções, fiscalizações do TCU/CGU, processo de crédito deficiente e não atendimento da Programação do FNE + PNDR + Direcionamentos constitucionais e legais.

O diretor elencou diversas reflexões que devem ser feitas no sentido do atendimento às reais necessidades da sociedade, por parte do BNB, como a necessidade de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com papéis definidos para as regiões; a necessidade de um Plano Regional de Desenvolvimento e de um órgão de Planejamento Regional (Sudene) estruturado; de órgãos de apoio ao desenvolvimento (BnB, Chesf, Codevasf, Dnocs) fortalecidos; de mecanismos democráticos de participação do Nordeste (Sociedade) etc. Para Alci, o BNB que o Nordeste precisa deve ter análise de revés estratégico, no caso do fechamento da agência de Brasília, ações político-institucionais estratégicas, estudo sobre questões estratégicas, transparência e meritocracia, ética, democracia e justiça, moral, respeito aos trabalhadores.

Regimento Interno

Na tarde do dia 23, após o ato no Passaré, o regimento interno foi aprovado. Na sequência, foi eleita a mesa diretora que conduziu os trabalhos até o final da 41ª RCR. Após esse momento, as diretorias regionais se reuniram com suas respectivas bases para discutirem questões específicas de suas regiões, e também para formularem propostas para apreciação na plenária final.

Dia 24 de março

Mesas temáticas Dignidade Previdenciária e Isonomia

A manhã do dia 24 iniciou com as mesas temáticas que discutiram os temas previdência e isonomia. O diretor da AFBNB, Dorisval de Lima, fez um resgate contextualizado das pendências do Banco, dando ênfase aos relacionados à previdência e à isonomia.

Previdência

O conselheiro eleito da Capef, Aílton Lopes, fez uma concisa explanação sobre a atual realidade da Caixa de Previdência, salientando que, na qualidade de eleito, está na Capef para representar os trabalhadores do Banco. Segundo Aílton, o conselheiro eleito deve ouvir a AFBNB e os sindicatos para que aproxime as demandas das entidades com as resoluções da coligada.

Dando continuação à mesa sobre previdência, a ouvidora da Capef, Zilana Ribeiro, teceu também algumas considerações sobre o tema previdência. De acordo com Zilana, não se pode fazer a distinção entre ativos e aposentados para se debruçar sobre os problemas da Capef, pois essa divisão só contribui para enfraquecer a luta por melhorias para a Caixa de Previdência.

Na sequência, o diretor da AFBNB, Reginaldo Medeiros, e o conselheiro fiscal da AFBNB, Francisco Leóstenis, também teceram breves explicações sobre o tema previdência. Dentre outros aspectos, Reginaldo fez uma contextualização jurídica ao falar de previdência, alegando que a Capef tem agido contra normas e leis jurídicas no seu trato com os beneficiários dos seus planos. Por seu turno, Leóstenis fez um levantamento sobre o Plano BD, apontando as anomalias existentes no plano tal como congelamento do benefício, valor do benefício bem como o não recebimento do benefício por parte daqueles que já encerraram as contribuições.

Isonomia

Em relação à isonomia, o diretor da AFBNB Dorisval de Lima ressaltou que o “Banco, quando trata seus trabalhadores de forma diferenciada, age contra a Constituição”. De acordo com o diretor, a AFBNB tem cobrado fortemente a aplicação do princípio da isonomia dentro do BNB. Dorisval ainda enfatizou que a Associação cobra sistematicamente uma política de recursos humanos com transparência e isonomia. Foram feitas referências a diversos pontos pendentes no Banco, aos inúmeros ofícios encaminhados pela Associação aos ambientes, diretoria e ao próprio Presidente, bem como ao destaque dado aos assuntos pela AFBNB, em edições do jornal Nossa Voz.

Na continuidade do debate, a discussão foi aberta para todos os representantes. Diversos fizeram o uso da palavra, entre eles Marco Antônio (João Pessoa/PB), Luciano da Silva (Itaberaba/MG), Aline Alves (Lagarto/SE), Edilberto Dias (Santa Cruz/RN), Antônio Estevão (Fortaleza/CE), Vágner Piedade (Ipiáú/BA). Ainda se colocaram durante esse momento os diretores Alci de Jesus, Assis Araújo, Rheberny Oliveira e Waldenir Britto, além do presidente da AEBA, Silvio Kanner.

Contribuições

Na parte da tarde foi apresentada a necessidade do fim do esbarro (no valor de R\$30,00) nas contribuições mensais dos associados, medida que vigora desde 2005, mas que compromete a ação política da Associação. Ao longo desses anos, a inflação acumulada foi alta, incidindo em maiores gastos sucessivos nas despesas correntes da Associação. No entanto, o esbarro nas contribuições continuou. Esse congelamento tem provocado uma arrecadação praticamente estável desde 2005 ao passo que os gastos têm-se elevado fortemente devido à inflação do período, assim como a ação da entidade, que tem sido intensificada sobremaneira em função das demandas dos próprios associados bem como pelo que a realidade exige. Isso implica custo financeiro. Outro fator importante que justifica o fim do esbarro é a aquisição da nova sede da AFBNB, conforme já deliberada anteriormente pelo Conselho de Representantes.

A contribuição se constitui na única fonte de recurso da Associação – que vale lembrar tem atuação nacional e vem intensificando visitas às unidades em todos os estados da área de atuação do BNB, o que demanda aumento de despesas – diferentemente do que ocorre nos sindicatos, que recebem ainda a contribuição sindical anual, que é obrigatória, além de honorários advocatícios decorrentes de ações ganhas, por exemplo.

A discussão havia sido iniciada na 40ª RCR, tendo sido remetida para a edição posterior. Após os debates, foi aprovado, nesta edição, por ampla maioria, o fim do esbarro.

Questões gerais

Findo este ponto, foi apresentada e aprovada a proposta do orçamento para o exercício de 2012; o relatório de atividades da AFBNB, seguido da leitura e aprovação das atribuições das diretorias regionais, da apresentação do relatório do Conselho Fiscal com a respectiva leitura do parecer do Conselho Fiscal e aprovação das contas.

Em todos esses momentos houve participação/intervenções dos representantes e, a partir da fala e da sugestão de um deles, ficou definido o seguinte encaminhamento: que a AFBNB prepararia regras/regulamento acerca da participação dos representantes na RCR (prevendo, por exemplo, que atitudes tomar em relação àqueles que não participam efetivamente da reunião; respeito aos horários etc) e encaminhará o documento para os representantes antes da próxima edição da RCR, já devendo valer para a próxima RCR.

Atribuições das Diretorias Regionais

- Estabelecer canal de comunicação aberto e permanente com os associados das respectivas regionais, por meio de telefones, e-mails e/ou outros meios disponíveis;
- Fazer a representação política da associação em sintonia com a presidência;
- Receber, sistematizar e fazer a representação de demandas dos associados juntos às respectivas superintendências e gestões de agências;
- Promover o desdobramento institucional da AFBNB, junto aos diversos órgãos, a exemplo de casas legislativas, principalmente quanto às diretrizes do planejamento estratégico;
- Participar ativamente das reuniões da diretoria da AFBNB;
- Realizar visitas às unidades do banco, nas respectivas regionais, para interagir com os associados, e assim manter a política de relacionamento direto da AFBNB com estes;
- Promover reuniões/eventos regionais e/ou locais, na base das respectivas regionais, em sintonia com os direcionamentos da entidade e com a presidência.

Plenária final

Após o fim desse momento rico de discussões, teve início a plenária final, na qual foram aprovadas as propostas e monções abaixo:

Propostas aprovadas

1. Cobrar do Banco a liberação de todos os representantes para participação na Reunião do Conselho de Representantes.
2. Cobrar do Banco instalação do ponto eletrônico com travamento e respostas sobre qual é a estratégia da instituição para o ponto eletrônico.
3. Cobrar do Banco aumento do número de funcionários nas agências, sobretudo do interior e nomeação dos concursados.

4. Cobrar do Banco isonomia de tratamento, inclusive na licença-prêmio para os novos funcionários e para os funcionários com mais de 30 anos de Banco.
5. Cobrar do Banco solução para a situação de pessoas que substituem uma função por mais de um ano sem serem efetivadas.
6. Cobrar do Banco que trate com dignidade e respeito os terceirizados (as empresas fecham e não pagam contas).
7. Cobrar do Banco revisão urgente do PCR (funcionários nível 18 sem perspectiva de ascensão na carreira).
8. Exigir do Banco a extensão dos tickets para composição do salário na aposentadoria, assim como já acontece na Caixa Econômica Federal.
9. Cobrar do Banco a não compensação dos dias de greve.
10. Cobrar do BNB que abone os dias parados em greves, por ser um direito legítimo.
11. Cobrar do Banco o pagamento de todas as horas-extras.
12. Cobrar do Banco condições decentes de trabalho nas agências.
13. Cobrar do Banco apuração dos casos de assédio moral e responsabilização dos assediadores.
14. Cobrar do Banco a apuração de operações contratadas de forma inadequada.
15. Cobrar do Banco estrutura própria para o Crediamigo, de modo a funcionar independente das agências, bem como discutir com o Banco a natureza da forma de aplicação do programa, haja vista haver questionamentos sobre se sua natureza é ou não terceirização.
16. Cobrar do Banco a solução de agências sobrecarregadas pelos clientes do Crediamigo e Agroamigo; principalmente quanto à situação dos caixas que chegam a trabalhar 10 (dez) horas por dia.
17. Cobrar do Banco medidas que evitem o sobrecarregamento dos gestores, tendo em vista a diminuição das carteiras com a falsa promessa que o Agroamigo sairia das agências.
18. Cobrar do Banco que efetive no mínimo 2 caixas por agência.
19. Cobrar do banco o fim das metas abusivas.
20. Cobrar do banco auxílio material-escolar para os novos funcionários.
21. Cobrar do banco auxílio-creche no valor de 01 (um) salário mínimo.
22. Cobrar do Banco critérios objetivos nas concorrências.
23. Cobrar do Banco revisão da estrutura das agências quanto ao efetivo de pessoal.
24. Exigir do Banco realização adequada da reforma das agências, primando pelo bem estar dos funcionários e clientes.
25. Cobrar do Banco que a auditoria volte a auditar regularmente as agências in loco.
26. Cobrar do Banco resposta quanto ao direito do técnico de campo ao adicional de insalubridade e periculosidade.
27. Cobrar do Banco a revisão dos critérios para concorrência interna notadamente na questão dos pesos percentuais, onde hoje a avaliação curricular representa 40% da pontuação final e a entrevista 60%, dando ampla margem para a subjetividade e proteção a apadrinhados.
28. Cobrar do Banco equiparação salarial dos gerentes de negócios Pronaf às demais carteiras da unidade.
29. Cobrar do Banco ação concreta junto ao Governo Federal quanto ao aumento do capital social e da rede de agências do BNB.
30. Cobrar do Banco o não fechamento das agências, inclusive extrarregionais, conforme o precipitado anúncio do fechamento da unidade Brasília.

31. Cobrar do Banco o imediato afastamento dos cargos de pessoas envolvidas em denúncias até a apuração final dos casos.
32. Cobrar do Banco e da CAPEF a garantia do direito de portabilidade de toda a poupança resultante do Plano CV.
33. Pressionar o banco para oportunizar a operacionalização dos cashs para depósito.
34. Cobrar do Banco uma solução para os problemas de atraso tecnológico dos sistemas do BNB;
35. Solicitar novamente aos sindicatos que entrem com ação contra os reajustes abusivos na CAMED.
36. Cobrar da CAMED aumento do número de credenciados e rever restrição de atendimento dos mesmos.
37. Cobrar da CAMED extensão dos novos serviços para o interior, a exemplo da Clinicamed.
38. Solicitar à CAMED que autorize o exame de mamografia digital para mulheres.
39. Cobrar da CAMED redução da co-participação.
40. Cobrar da Camed atuação mais efetiva em todas as cidades onde o banco tenha atuação.
41. Cobrar da AFBNB ações de estímulo à conscientização/mobilização para maior participação de todos os funcionários nas greves.
42. A AFBNB deve ampliar visitas às agências, inclusive para discutir assédio moral.
43. A AFBNB deve resgatar, em cada RCR, as propostas e os resultados como forma de os representantes levarem informações para a base, disponibilizando as propostas no site e atualizando-as periodicamente (mensalmente).
44. Sistematizar as informações dos assediadores do BNB para a tomada de ações práticas sobre o combate ao assédio moral.
45. Solicitar ao Banco liberação do Diretor Regional para visita às agências de base.
46. Interiorizar as ações de todas as entidades ligadas ao BNB.
47. Solicitar da CAPEF que passe a oferecer empréstimo com taxas diferenciadas para os beneficiários do plano CV 1.
48. Cobrar do Banco pagamento do 2º curso superior para os funcionários.
49. Exigir do Banco ações para a pulverização do crédito, diminuindo a concentração das aplicações em meia dúzia de clientes, isso em nível de agência.
50. A AFBNB deve divulgar os relatórios públicos que denunciam as irregularidades no Banco.
51. Pressionar o Banco para rever a política da avaliação 360º, tornando-a mais transparente.
52. A AFBNB deve articular-se com a CAPEF de modo a promover outro fórum para discutir previdência, buscando esclarecer a base sobre aspectos técnicos, terminologias e a cultura previdenciária.
53. A AFBNB deve fazer um estudo sobre a viabilidade da realização de RCR em Brasília.
54. Verificar o quantitativo de funcionários no Passaré e o porquê de funcionários novatos estarem assumindo no Passaré, já que isso é proibido no edital do concurso.
55. Expor em mídia externa os escândalos do BNB.
56. Discutir o funcionamento do comitê de Ética do BNB.
57. Solicitar do RH a relação dos funcionários novatos que ainda não fizeram o curso de integração;
58. Exigir do banco retorno da AFBNB à mesa de negociação.
59. Solicitar que a AFBNB entre com ação pela dignidade previdenciária.
60. Articular com os sindicatos e mobilizar por meio das mídias sociais (etc) ação institucional em Brasília com a participação de representantes de sindicatos e de base quanto ao aporte

de recursos não realizados pelo Tesouro Nacional no Plano BD e encaminhamento político do Projeto de Lei de isonomia.

61. Articular com os sindicatos e mobilizar por meio das mídias sociais e em todos os veículos sindicais etc, a exigência de que a diretoria do BNB, com a presença do seu presidente, realize evento no Passaré, e em vídeo-conferência para os outros estados, tratando das questões apresentadas pela AFBNB, em especial, quanto às denúncias de fechamento da agência de Brasília, resultado do balanço do Banco, PLR etc.
62. Articular com os sindicatos e mobilizar por meio das mídias sociais e em todos os veículos sindicais etc, a exigência quanto ao encaminhamento do processo eleitoral relativo a representante dos trabalhadores no conselho de administração do Banco.
63. Realizar uma grande manifestação durante a “V Semana de Mobilização Por um Nordeste Melhor e pelo direito dos trabalhadores”, (conjunto de ações da AFBNB que ocorre por ocasião do aniversário do Banco); relançar o documento “Declaração dos Direitos do Nordeste”, bem como encaminhar abaixo-assinado pelo fortalecimento do BNB e pelos direitos dos trabalhadores.
64. Estudar e apresentar um perfil para ouvidor da CAPEF e acompanhar o processo eleitoral.
65. A AFBNB deve definir um perfil de atuação para o ouvidor da Capef, participando ativamente na mobilização do processo eleitoral para o mesmo.
66. Incluir um representante dos funcionários com direito a voz e voto nas reuniões do COMAP pois as decisões respeitam apenas a visão da auditoria sem levar em conta inclusive o tratamento isonômico a todos.
67. Exigir o comprometimento máximo percentual por tomador de crédito com relação às aplicações totais de cada agência.
68. AFBNB deve implantar ações – conjuntas ou isoladas – no sentido da CAPEF resolver a situação dos funcionários da ativa e aposentados pelo INSS.
69. A AFBNB deve cobrar da diretoria do Banco uma posição definitiva sobre a função do Agente de Desenvolvimento e qual a sua posição no organograma do Banco.
70. A AFBNB deve documentar, interna e externamente, exigência para afastamento dos diretores envolvidos em acusações de corrupção, com ampla divulgação.
71. Impetrar ação para o resgate da dignidade previdenciária.
72. A AFBNB deve constituir assessoria jurídica inclusive para as questões previdenciárias e exigir o cumprimento do Estatuto original da CAPEF (benefício conforme o funcionário contratou).

Orientação para a diretoria

- Adotar as medidas necessárias para a aquisição de nova sede da AFBNB.

Plataforma em defesa da dignidade previdenciária

1. Benefício de aposentadoria digno e equivalente ao salário da ativa.
2. Plano de Lutas Unificado dos trabalhadores ativos e aposentados do BNB.
3. Pelo direito de ingresso de novos funcionários e a aposentadoria justa após o período laboral.
4. Plano BD - Atualização do salário de contribuição/benefício, congelado em 1997.
5. Plano BD - Considerar o INSS real no cálculo do benefício.
6. Plano BD - Recomposição do benefício – defasado em mais de 30%,
7. Plano BD - Redução da contribuição.
8. Plano CV - Reabertura do prazo para compra do tempo passado, inclusive para quem já aderiu.
9. Plano CV - Considerar o tempo passado no computo das contribuições individuais, para fins de preenchimento dos requisitos mínimos de concessão do benefício.

10. Plano CV - Possibilidade de contribuir pelo percentual cheio de 12%
11. Plano CV - Não redução do benefício projetado acumulado, em caso de redução de salário.
12. Formas de luta - (Ações políticas) articulação de parlamentares, representantes dos trabalhadores e da sociedade civil e demais parceiros.
13. (Ações de mobilização) calendário de atividades, marca, campanha...
14. (Ações de instrumentalização) seminários, material didático.
15. Ações judiciais.

Moções

Moção de apoio

Os funcionários do BNB reunidos na 41ª Reunião do Conselho de Representantes, realizado em Fortaleza, em 23 e 24 de março de 2012, manifestam total apoio e solidariedade ao colega Fred Elias de Sousa, lotado na agência Fortaleza-Centro, pela sua coragem e espírito público, em denunciar irregularidades/atos ilícitos ocorridos no BNB, atitude esta que estimulou outros colegas a agirem com coragem ao também contribuírem com denúncias e cobram, da direção do Banco, garantia de segurança à integridade física e funcional, conforme solicitado pelo Ministério Público Estadual, quando diz “diante da gravidade dos fatos e relevantes serviços prestados ao Banco do Nordeste do Brasil” (medida esta que não surtiu nenhum efeito até o momento).

Moção de Reconhecimento

Por considerar de muita relevância os assuntos discutidos na 41ª RCR, inclusive sobre a situação delicada pela qual o Banco passa (quanto aos aspectos sobre os planos de previdência e de saúde dos funcionários), quero lembrar aqui que ainda carecemos de resposta positiva sobre a reintegração dos colegas demitidos na gestão Byron Queiroz; O mesmo vale para as preocupações sobre ações de desenvolvimento do BNB em seus 60 anos de existência.

Assim, enalteço a diretoria da AFBNB pelo zelo, transparência e presteza nas informações, bem como a própria organização do evento realizado em Fortaleza. Adeilton Arcanjo (Funcionário aposentado do BNB e poeta)

Manifesto pelo fortalecimento do Banco e pelos direitos dos trabalhadores Documento distribuído durante ato no Passaré

A Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil foi fundada a partir de três pilares: o fortalecimento do BNB enquanto indutor do desenvolvimento da região, a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores do Banco e a defesa da região Nordeste, com a superação das desigualdades.

Tais pilares têm norteado nossa ação ao longo desses 26 anos e é em nome deles que estamos aqui, hoje, neste ato pelo fortalecimento do BNB e pelos direitos dos trabalhadores. Não podemos cruzar os braços, muito menos silenciar diante da crise pela qual passa o Banco do Nordeste: crise moral, ética, de identidade, financeira e de gestão. Crise que vulnerabiliza a instituição, divide, faz esmorecer seus trabalhadores e prejudica a todos: ao próprio Banco, à região e à sociedade.

E porque nos preocupamos com o Banco é que não aceitamos a prática de assédio moral, a boataria desenfreada, a falta de transparência, a politicagem dentro e fora dos muros do Banco, o descaso com a saúde e a aposentadoria dos funcionários, os desvios e operações fraudulentas, o desvio de foco estratégico, o desrespeito aos direitos dos trabalhadores, o silêncio frente às

cobranças desta entidade que não fala por si, mas por mais de 5 mil associados os quais representa.

Hoje, neste ato que integra a sua 41ª Reunião do Conselho de Representantes, a AFBNB reafirma pontos contidos na Carta de Fortaleza (documento aprovado durante a 39ª RCR, realizada em abril de 2011 – que celebrou 25 anos de luta da entidade), bem como outros, de igual relevância e para os quais não aceitaremos mais a omissão da administração do Banco:

- Pela apuração de todas as denúncias envolvendo aplicações no Banco e pela responsabilização – civil e criminal – dos culpados;
- Pelo pagamento integral da Participação nos Lucros e Resultados;
- Pelo fortalecimento político e social do BNB e pelo aumento de seu número de agências;
- Pelo aumento do capital social do BNB;
- Por dignidade previdenciária para os trabalhadores;
- Por melhorias e correções de rumos na CAMED e CAPEF;
- Pela criação de um sistema de análise de projetos de desenvolvimento, onde se pontuem mais as empresas que garantam integrar mais a região Nordeste.
- Isonomia de tratamento entre os funcionários do BNB;
- Democratização dos processos internos do Banco do Nordeste, de modo que se tenham regras objetivas;
- Pelo fim do assédio moral;
- Pela melhoria nas condições de higiene e segurança no trabalho, focado nas agências longe dos grandes centros;
- Pelo aperfeiçoamento dos programas e políticas de proteção e de seguridade social no BNB (Capef, Camed, creches transportes e segurança social);
- Pela solução de todos os passivos trabalhistas, independentemente dos estágios em que estejam;
- Por um PCR que seja compatível com um Banco de Desenvolvimento, guiado pelo princípio de cargos e carreira do estado;
- Contra a exploração do trabalho no BNB, exigindo a relação de horas-extras executadas/horas-extras efetivamente pagas;
- Contra a precarização do trabalho no BNB, exigindo a extinção do trabalho terceirizado de forma generalizada e seu controle democrático;
- Pela construção de um sistema de avaliação de pessoal para fins de promoção blindada, impedido de manipulações que o tornem instrumento de admoestação, repressão e de submissão dos trabalhadores do BNB;

– Pela reintegração dos demitidos no período de março de 1995 a fevereiro de 2002, resgate de uma injustiça perpetrada no período de exceção no Banco;

- Por uma política transparente de desenvolvimento humano com isonomia;

- Pelo fim do trabalho gratuito.

Encerramento

No encerramento das atividades, três representantes (Carlos Isaildon Mendes, de Janaúba/MG; Ademir Reis dos Santos, da Central de Retaguarda Operacional/BA e Milton Paulo, de Solânea/PB), fizeram avaliação da reunião. Para eles, a RCR foi positiva e eles saem com subsídios para repassarem a seus colegas nas agências. O encerramento final foi feito por Marilene Mont'Alto, e pelos diretores Waldenir Britto e Dorisval de Lima.